

PROJETO DE ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO

CONSELHO ESTRATÉGICO DO PARQUE NATURAL DA SERRA DE S. MAMEDE

Aos vinte e oito dias do mês de outubro do ano dois mil e treze, pelas dez horas e trinta minutos, teve lugar a primeira reunião do Conselho Estratégico do Parque Natural da Serra de S. Mamede, que decorreu na Quinta dos Olhos de Água, S. Salvador da Aramenha, Marvão, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

1. Abertura da reunião;-----
2. Apresentação das entidades e representantes nomeados para o conselho Estratégico;
3. Apresentação e Aprovação do Regulamento do Conselho Estratégico;-----
4. Eleição do Presidente do Conselho Estratégico;-----
5. Breve apresentação do ICNF/DCNFA e principais ações desenvolvidas e em curso em 2013 no Parque Natural da Serra de S. Mamede;-----
6. Outros Assuntos.-----

Na reunião estiveram presentes as seguintes entidades (Anexo I – Lista de Presenças):

- Associação de Agricultores do Distrito de Portalegre (AADP) - Maria de Jesus Ceia;
- Direção-Geral do Património Cultural – Mário Fortes em substituição do representante nomeado (Rita Gonçalves);
- Junta de Freguesia da Beirã - António Mimoso (presidente);
- Junta de Freguesia de Mosteiros – José Trindade (presidente);
- Junta de Freguesia de Santiago – José Serra (tesoureiro);
- União das Juntas de Freguesias do Reguengo e de S. Julião – Elisabete Reia (administrativa) em substituição do representante nomeado (Bruno Calha);
- Município de Arronches - João Crespo (vice-presidente);
- Município de Castelo de Vide - António Pita (presidente) e João Dona (técnico);
- Município de Marvão - Vítor Frutuoso (presidente);
- Município de Portalegre - Nuno Santana (vereador);
- Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza - Nuno Sequeira (presidente da direção nacional);
- Turismo do Alentejo, Entidade Regional de Turismo - António Ceia da Silva (presidente);
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – Paula Sarmiento (presidente do Conselho Diretivo), Pedro Rocha (diretor do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo), Luís Grilo (técnico e interlocutor do PNSSM) e Fernando Queirós (chefe da Divisão de Licenciamento e Avaliação de Projetos do Departamento da Conservação da Natureza e Florestas do Alentejo).

Não compareceram representantes do NERPOR-AE – Núcleo Empresarial da Região de Portalegre e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo.

Ponto 1 – Abertura da Reunião

A Presidente do CD do ICNF abriu a sessão e colocou à discussão a ordem de trabalhos, solicitando aos Conselheiros a indicação de eventuais pontos prévios à ordem de trabalhos.

O Presidente do Município de Castelo de Vide teceu alguns comentários sobre a necessidade de reforço da relação entre a população e o Parque Natural, no sentido de as mesmas sentirem o Parque não como uma ameaça mas sim como uma oportunidade, propondo acrescentar à ordem de trabalhos um ponto neste sentido. A Presidente do CD do ICNF propôs que esta temática “Valorização de Áreas Protegidas e Classificadas” seja abordada no ponto 6 da ordem de trabalhos. Os Conselheiros concordaram com esta proposta e a ordem de trabalhos foi aprovada por unanimidade.

Ponto 2 - Apresentação das entidades e representantes nomeados para o Conselho Estratégico

De seguida a Presidente do CD do ICNF solicitou a apresentação dos representantes das entidades no Conselho Estratégico do PNSSM.

Ponto 3 - Apresentação e Aprovação do Regulamento do Conselho Estratégico

Seguiu-se a discussão da proposta de “Regulamento de funcionamento do Conselho Estratégico do PNSSM” com a referência que este é constituído por um máximo de quinze (15) conselheiros, podendo ser convidadas outras entidades sem direito a voto.

Foi referido o facto de que o Decreto-Lei n.º 135/2012 de 28 de junho, que cria o ICNF, referir no n.º 1 do artigo 8º que os conselhos estratégicos integram: "b) Representantes designados pelas instituições científicas e especialistas de mérito comprovado nos domínios da conservação da natureza e da biodiversidade;". Por outro lado refere nos pontos seguintes do mesmo artigo que: "2 — A composição dos conselhos estratégicos é fixada no diploma de criação ou reclassificação da respetiva área protegida, não podendo ultrapassar um máximo de 15 elementos. 3 — No caso das áreas protegidas criadas ou reclassificadas até 1 de maio de 2007, os representantes das entidades referidas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são os previstos para o conselho consultivo no respetivo diploma de criação ou reclassificação." Ora no caso do PNSSM o diploma de reclassificação (Decreto Regulamentar n.º 20/2004 de 20 de maio) não integra representante da comunidade científica.

Considerando a limitação numérica de um máximo de 15 elementos, não é possível integrar representantes da comunidade científica com direito a voto. Assim, colocou-se à consideração a possibilidade de integrar uma entidade de ensino superior como convidado sem direito a voto.

A representante da AADP referiu a importância da presença da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo e do Instituto Politécnico de Portalegre (IPP).

O Município de Castelo de Vide considerou uma mais-valia a presença de uma instituição de ensino, nomeadamente o IPP, sendo a mesma posição reforçada pelo representante do Turismo do Alentejo.

O representante da Direção-Geral do Património Cultural considerou também importante a participação da Direção Regional de Cultura dadas as atribuições e competências que esta entidade tem a nível regional, enquanto serviço periférico da administração direta do Estado.

O Presidente do Município de Marvão concordou com o convite ao IPP, sendo uma entidade do distrito.

O Dr. Fernando Queirós chamou a atenção para a legislação (Decreto-Lei n.º 135/2012 de 29 de junho) que refere que a instituição tem de ter mérito comprovado nos domínios da conservação da natureza e da biodiversidade. Indicou a Universidade de Évora como mais ajustada a este contexto. A Quercus concordou com a sugestão.

A Presidente do CD do ICNF sugeriu a possibilidade das juntas de freguesia serem representadas apenas por uma, em sistema de rotatividade, o que permitiria incorporar outras instituições no Conselho Estratégico com direito de voto.

Os Municípios e as Juntas de Freguesias não concordaram com a sugestão proposta, pelo que a Presidente do ICNF propôs convidar as seguintes entidades: Direção Regional de Agricultura e Pescas do Alentejo, Instituto Politécnico de Portalegre e Universidade de Évora. Esta proposta de alteração ao Regulamento foi aceite por unanimidade (Artigo 4º “Composição”) sendo as entidades integradas com carácter de permanência mas sem direito a voto. Analisado o Regulamento e efectuada a alteração referida, este foi aprovado por unanimidade.

A Presidente do ICNF solicitou a todos os elementos do CE a indicação de entidades representativas dos diferentes setores de atividade económica da região, para futura ponderação da sua participação no conselho.

Ponto 4 - Eleição do Presidente do Conselho Estratégico

De seguida passou-se a eleição do presidente do Conselho Estratégico, sendo referido pela Presidente do CD do ICNF que é usual que este seja ocupado por presidentes de câmara dos municípios que integram as áreas protegidas. O presidente do Município de Castelo de Vide questiona qual a duração do mandato, considerando que o mandato dos autarcas é de 4 anos.

O Presidente do Município de Marvão propôs que o mandato fosse de 2 anos, tendo sido submetida a votação esta proposta que foi aprovada por unanimidade. Na sequência desta proposta, é assim incluído no artigo 5º do regulamento deste conselho que a duração do mandato é de dois (2) anos.

A Presidente do ICNF solicitou a apresentação de candidaturas ao cargo de Presidente do Conselho Estratégico. O Presidente do Município de Marvão declinou apresentar candidatura por estar em conflito com o ICNF, mas propôs o Presidente do Município de Castelo de Vide.

O Vice-Presidente do Município de Arronches e o Vereador do Município de Portalegre concordaram, bem como os restantes elementos do Conselho.

Feita a votação, o Presidente do Município de Castelo de Vide foi eleito, por unanimidade, Presidente do Conselho Estratégico, tendo aceite o cargo.

A Presidente do CD do ICNF propôs de seguida a eleição do secretário. Todos os elementos do Conselho concordaram que seja um elemento do ICNF.

A Presidente do CD do ICNF passou a coordenação da reunião para o presidente eleito.

Ponto 5 - Breve apresentação do ICNF/DCNFA e principais ações desenvolvidas e em curso em 2013 no Parque Natural da Serra de S. Mamede

Seguiu-se uma apresentação do ICNF/DCNF-Alentejo.

A Presidente do CD do ICNF iniciou a apresentação genérica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas I.P., onde deu conta da complexidade do processo associado à fusão da Autoridade Nacional das Florestas e do Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. Apresentou sumariamente a missão e estrutura orgânica do ICNF e passou a palavra ao Diretor do DCNF-Alentejo, Dr. Pedro Rocha, para apresentar as ações realizadas em 2013 e a proposta de atividades para 2014.

No final a Presidente do CD do ICNF reforçou a relevância do envolvimento das populações na gestão das áreas protegidas, destacando o seu papel na valorização do território e consequente potenciação das atividades económicas presentes nestes territórios.

Ponto 6 – Outros assuntos

No âmbito da valorização das áreas classificadas o Presidente do Município de Castelo de Vide salientou que a população reclama pela falta de medidas discriminatórias positivas, traduzindo-se tal situação na desconfiança sobre o Parque Natural. Realçou a necessidade de valorizar o património humano da região com reflexo nos diversos instrumentos de ordenamento do território.

A Presidente do ICNF referiu o projecto marca “Parques de Portugal”, como instrumento relevante neste contexto, que consiste num galardão a atribuir a produtos e serviços desenvolvidos nas Áreas Protegidas do País, visando aumentar a sua visibilidade e valorização, divulgando em simultâneo o património dos Parques Naturais. Neste sentido, solicitou o apoio de todos os elementos para identificação de produtos e atividades quem possam ter enquadramento nesta marca.

O Presidente do Município de Marvão tomou a palavra realçando que as mudanças têm sido sempre para pior, reconhecendo no entanto que a anterior direção do Parque tentou ter uma atitude positiva e diferente. Sendo Presidente de um concelho integralmente inserido no Parque, estranha que o atual “Diretor do Parque” não tenha promovido nenhum contacto prévio. Critica a atuação do parque, referindo a falta de intervenção nas linhas de água e sobre as espécies exóticas. A este propósito menciona a falta de continuidade de ações para controlo de mimosas após conclusão do projeto Life NorteNatur. Solicitou o envolvimento da Quercus, referindo que deve haver uma preocupação grande com a biodiversidade e na continuidade das intervenções ao longo do tempo.

Lamenta o fato dos pedidos de parecer ao Parque levarem muito tempo a ser respondidos, dando como exemplo a resposta a um pedido efetuado pelo Município, em que no último dia

do prazo, foram solicitados mais elementos. Neste contexto, destacou ainda o elevado valor das taxas a que estes pareceres estão sujeitos e o peso negativo desse factor nas populações locais. Alude ao facto de que o ICNF não suporta o pagamento relativo ao funcionamento das equipas de sapadores florestais existentes, como deveria. Lamenta também que em vez de instauração de autos de notícia não se realizem ações de sensibilização destinada aos podadores de sobreiros e de azinheiras. Refere ainda a falta de intervenção do ICNF no que diz respeito aos prejuízos associados à presença de javali.

Referiu a intervenção que foi efetuada pelo Município ao nível da sinalética nos percursos pedestres que são da responsabilidade do Parque.

Sobre a revisão do Plano de Ordenamento do Parque realçou que tudo o que for dito pelo ICNF deve ficar em ata. Faz referência a pareceres de 2 gabinetes de advogados contratados pelo Município que identificaram soluções para a resolução da questão do empreendimento do golfe e da revisão do Plano.

Não concorda com a resolução de erros do Plano de Ordenamento através da sua revisão, uma vez que se tratam de problemas que carecem de alterações urgentes, quando o tempo de duração para elaborar e aprovar uma revisão é imprevisível e certamente não respeitará o cronograma proposto para este trabalho. Continuamos, pelos motivos referidos, a propor as soluções previstas na lei, indicadas por jurista competente, que resolverão os problemas de forma eficiente e num curto espaço de tempo, situação que obteve o acordo da CCDRA.

Retomou a questão da Quinta dos Olhos de Água, fazendo referência à dimensão de área de construção, à sua duvidosa integração paisagística e elevado valor investido. Referiu que o Município de Marvão efetuou, em conjunto com a Fundação AMAIA, uma proposta de protocolo ao ICNF para ficar responsável sobre todas as valências da Quinta, na perspetiva da Fundação utilizar o alojamento para os campos de trabalho a desenvolver. Convidou a Liga para a Proteção da Natureza (LPN) para em conjunto desenvolver o projeto na parte ambiental, com o objetivo de ser a grande porta de entrada no Parque. Considera que o projeto do Município seria uma mais-valia para a região. Referiu que a proposta que o ICNF apresentou, após reunião que decorreu na sede do ICNF, não faz sentido.

Voltando ao campo de golfe, referiu que há um grupo económico disposto a investir mas que poderá abandonar o processo devido à dificuldade em resolver a questão.

Por último, o Presidente do Município de Marvão mencionou a questão de poder vir a ser solicitada ao ICNF indemnização por danos provocados pelas oportunidades perdidas face à demora na revisão do Plano.

O Presidente do Turismo do Alentejo referiu que a questão fundamental é assegurar a presença no território, dinamizando as infra-estruturas existentes.

A não ocupação da Quinta dos Olhos de Água pode vir a deteriorar a imagem do Parque. Solicitou a resolução urgente desta matéria, salientando a existência de agentes privados interessados. Por outro lado considerou relevante fortalecer parcerias, nomeadamente no âmbito do já previsto com a ERT-Alentejo. Neste sentido, no Plano de Atividades do Parque deveriam ser incluídos alguns projetos como sejam a candidatura do Montado a património

mundial da Unesco e a colaboração nos roteiros de natureza do projeto da Comunidade Intermunicipal do Alto Alentejo.

Elogia a ideia do “galardão” *Parques de Portugal*, mas não concorda com a designação por se poder confundir com outras e disponibilizou-se para ajudar a encontrar uma melhor.

Os Presidentes do Turismo do Alentejo e do Município de Marvão ausentaram-se da reunião a partir deste ponto.

A Quercus refere que o combate às exóticas é importante mas que não está no âmbito das suas competências efetuar o seu controlo. Refere igualmente, quanto à questão do empreendimento do campo de golfe, que este empreendimento nunca deveria ter avançado, devendo o mesmo ser alvo de investigação judiciária. Para além da má imagem que atualmente é transmitida, teme que o erro se perpetue nas alterações que se avizinham.

Por último chamou a atenção que o desenvolvimento da atividade humana tem de ter condicionamentos e que deve ser encaminhada para determinadas áreas.

O Município de Portalegre questiona se a revisão do Plano de Ordenamento do Parque vai ser efetuado por entidade externa ou por técnicos do ICNF e se a alteração ao Plano em curso pode prever a utilização somente dos parâmetros urbanísticos de cada plano diretor municipal.

A Presidente do CD do ICNF, lamentando a ausência do Presidente do Município de Marvão, referiu não ser do seu conhecimento qualquer desacordo entre o ICNF e as propostas da CCDR relativas à alteração do Plano de Ordenamento ao contrário do referido pelo Presidente do Município de Marvão. Referiu ainda estar em curso uma alteração ao atual Plano de Ordenamento do Parque, visando permitir a alteração da delimitação de perímetros urbanos no contexto das revisões do PDM, desde que inseridas em regime de proteção complementar e alvo de aprovação pelo ICNF. Informou também que o processo de revisão terá desde já início. Neste contexto, referiu que o sucesso destas ações deverá permitir ultrapassar o conflito com o Presidente do Município de Marvão. Concordou com o facto de, na situação atual, as taxas provocarem uma discriminação negativa para quem vive em áreas classificadas e informou que esta situação está a ser revista.

Concordou com a relevância de promover o controlo e eliminação de exóticas, referindo que o combate às espécies de plantas invasoras será incluído no Plano de Atividades do Parque.

Informou que no contexto das ações a promover para valorização das áreas classificadas serão definidos percursos pedestres e desenvolvidos novos materiais de divulgação destas áreas, em particular novos folhetos alusivos aos percursos.

Informou, em resposta à questão colocada pelo Representante do Município de Portalegre que a alteração dos parâmetros urbanísticos apenas será ponderada em sede de revisão do Plano, processo cuja primeira fase de avaliação está desde já em curso e será concluído em 2015.

O Presidente do Município de Castelo de Vide fez referência à revisão do PDM do seu concelho e alerta para a possibilidade de haver algum conflito entre algumas opções do PDM com o Plano de Ordenamento do PNSSM.

No que se refere à futura utilização da Quinta dos Olhos de Água, A Presidente do ICNF informou que se pretende promover uma parceria, que poderia ser com a administração local e com entidades públicas ou privadas, que permita potenciar este espaço nas suas múltiplas vertentes de Turismo de natureza, com uma componente de alojamento e restauração, e também como “porta de entrada” do Parque Natural da Serra de S. Mamede. Neste contexto, e face ao interesse da Fundação Cidade da Ammaia em utilizar as instalações para Gabinetes e espaço de exposição, propôs-se um protocolo à Camara Municipal e Fundação onde estas valências eram consideradas através da “cedência” do espaço do edifício principal, considerando a atribuição a estas entidades da responsabilidade pela manutenção do edifício, face à necessidade de aplicar o “princípio da onerosidade” que corporiza uma lógica de racionalidade e eficiência económico-financeira, designadamente no que se refere à ocupação do espaço. No que se refere à componente de alojamento e restauração, associada à dinamização e atividades de turismo de natureza pretende-se promover procedimento concursal para seleção da melhor proposta para o efeito, com o objetivo de potenciar uma gestão profissionalizada destas componentes. Informou que a proposta em causa estará disponível para consulta pelos conselheiros.

O Diretor do Departamento expôs a problemática do eventual excesso de população de javalis, mencionando que compete às entidades gestoras de zonas de caça o seu controlo. Fazendo o mesmo no que concerne à realização de podas de quercíneas, tendo referido que foi realizada no princípio de 2013 uma ação de formação na freguesia de Santo António das Areias

O presidente do Conselho Estratégico deu por finda a reunião solicitando que seja enviada a lista de entidades e as presenças, a versão final do Regulamento e que as ações referidas pelo Dr. Ceia da Silva, em representação do Turismo do Alentejo, sejam incluídas no Plano de Atividades do Parque, e que sejam enviados o plano de actividades de 2014 e relatório de 2013.

A proposta de ata será enviada aos Conselheiros para apresentação de sugestões de correção, após o qual apresentada na segunda reunião para aprovação. Sendo depois assinada pelo presidente e pelo secretário.

O Presidente do Conselho Estratégico

António Pita

O Secretário

Pedro Azenha Rocha

Anexo I

Conselho Estratégico - PARQUE NATURAL DA SERRA DE S.MAMEDE					
Entidade	Representante	Endereço	Telefone	E-mail	Rubrica
Associação de Agricultores do distrito de Portalegre	<i>N.º João Ceia</i>	Parque de Leilões, EN 246, Apartado 269 7300-901 Portalegre	245 331064	<i>aadp10iol.pt</i>	<i>J</i>
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	Fátima Bacharel	Av. Eng. Arantes e Oliveira, 193 7004-514 Évora	266 740300	Fatima.bacharel@ccdr-a.gov.pt	
Direção-Geral do Património Cultural	Rita Gonçalves	Departamento de Bens Culturais, Direção-Geral do Património Cultural Palácio Nacional da Ajuda 1349-012 Lisboa	21 3614200	rgoncalves@dGPC.pt	<i>Rita Gonçalves (subst.)</i>
Município de Arronches	João Crespo	Praça da República, apartado 8 7340-012 Arronches	245 580080	joao.crespo@cm-arronches.pt	<i>João Crespo</i>
Junta de Freguesia de Mosteiros	Carla Vitorino	Rua Dr. Jorge Sampalo 7340-213 Mosteiros	245 583168	jfmosteiros@sapo.pt	<i>Carla Vitorino</i>
Município de Castelo de Vide	António Pita	Rua Bartolomeu Álvares da santa 7320-117 Castelo de Vide	245 908220	presidente@cm-castelo-vid.pt	<i>António Pita</i>
Junta de Freguesia Santiago	José Serra	Ua Alexandre Herculano, n.º27 7320-114 Castelo de Vide	966339193	jfregsantiago@hotmail.com	<i>José Serra</i>
Município de Marvão	Vitor Frutuoso	Largo de Santa Maria 7300-101 Marvão	968708163	Presidente@cm-marvao.pt	<i>Vitor Frutuoso</i>
Junta de Freguesia da Beirã	António Mimoso	Rua 16 de julho 7330-012 Beirã	965005445	Jfbeira@sapo.pt	<i>António Mimoso</i>
Município de Portalegre	Nuno Santana	Rua Guilherme Gomes Fernandes, n.º28 7300-186 Portalegre	924458976	nuno.santana@cm-portalegre.pt	<i>Nuno Santana</i>
União das Juntas de Freguesias de Reguengo e S.Julião	Bruno Calha	Av. Eng. Domingos Batista Tavares 7300-405 Reguengo	245 208 954	freguesia.rs@gmail.com	<i>Bruno Calha</i>
Quercus	Nuno Sequeira	<i>APARTADO 163</i> <i>7301-901 PORTALEGRE</i>	960107080	sequeira.matos@gmail.com <i>nuno.sequeira@quercus.pt</i>	<i>Nuno Sequeira</i>
NERPOR		Parque de Feiras e Exposições de Portalegre Apartado 202 7300-901 Portalegre			
Turismo do Alentejo, E.R.T.	António Ceia da Silva	Praça da República, 12 - 1.º Apartado 335 7800-427 Beja	284 313 559	geral@turismodoalentejo-ert.pt	<i>António Ceia da Silva</i>